

Demonstrações Financeiras

Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial

31 de dezembro de 2022
com o Relatório do Auditor Independente
sobre as Demonstrações Financeiras



Hotéis Othon S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente.....	3/11
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	12/13
Demonstrações do resultado do exercício	14
Demonstrações do resultado abrangente.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	17
Demonstrações do valor adicionado.....	18
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	19/39

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos
Administradores e Acionistas de
Hotéis Othon S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Hotéis Othon S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, de Hotéis Othon S.A. - Em recuperação judicial, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Empresa em continuidade normal dos negócios, que pressupõe a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal de suas operações. A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais, a exceção do exercício de 2022, que apresentou lucro de R\$ 197.694 mil, nos demais, prejuízos, em 2021 de R\$ 39.939 mil, em 2020 de R\$ 90.774 mil, em 2019 de R\$ 136.631 mil e em 2018 de R\$ 94.476 mil, logo permanecendo ainda com passivo a descoberto e, como consequência, índices de liquidez negativos. A Companhia vinha, também, incorrendo em fluxos de caixa operacionais insuficientes, não tendo conseguido honrar parte dos seus passivos correntes.

Conforme mencionado no Contexto Operacional das Notas Explicativas, em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”), estas últimas “controladas em recuperação judicial” e com a Companhia “Recuperandas”, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante “Juízo da Recuperação Judicial”) nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001, o qual foi deferido no dia seguinte.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral dos Credores ocorrida em 05 de dezembro de 2019, sendo homologado judicialmente em 09 de julho de 2020, pelo Órgão competente nos termos da referida Lei.

O Plano aprovado e homologado foi objeto de recursos de agravo de instrumento pela União e pelos credores concursais Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE e Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., que se insurgem contra determinadas condições do Plano aprovadas de forma soberana pela AGC. Esses recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Diante do acórdão exarado nos autos do Agravo de Instrumento nº 0046087-14.2020.8.19.0000 que deu provimento ao recurso interposto pela União Federal para anular a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, as Recuperandas vêm mantendo entendimentos com a Fazenda Nacional para buscar meios possíveis para o equacionamento de seu passivo fiscal. Antes mesmo da decisão no agravo de instrumento interposto pela União, a PGFN já estava analisando uma proposta inicial. Ao mesmo tempo, as Recuperandas apresentaram, no prazo legal, o recurso cabível contra a decisão do TJRJ para que a questão seja reanalisada pelo Superior Tribunal de Justiça, que até o momento tem acolhido entendimento que corrobora a tese das Recuperandas. O recurso especial das Recuperandas foi admitido pelo TJRJ para remessa ao Superior Tribunal de Justiça, sendo recentemente distribuído para relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

A continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas está diretamente vinculada ao sucesso e implementação do plano de recuperação judicial, após a aprovação pela Assembleia de Credores, e à eventual geração de caixa para liquidação de suas dívidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outras observações

REFIS

1. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº 14 a Companhia, com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e em setembro de 2017 e dezembro de 2018 procedeu com a consolidação parcial dos débitos existentes, de modo que hoje não existem mais débitos parcelados na modalidade desta lei e aqueles débitos que não fizeram parte desta consolidação, retornaram ao passivo corrente da Companhia.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

Por conta da atual pandemia da COVID-19 e redução considerável na receita no ano de 2020 e 2021, a Companhia parou de efetuar o pagamento do parcelamento cujas parcelas somam cerca de R\$ 500mil mensais, ficando então em risco de ser excluída do mesmo. Então, por conta desta situação, em 05/06/2020 a companhia entrou com mandado de segurança solicitando não ser excluída do parcelamento por conta do atraso de mais de 3 parcelas, e também solicitou que o mesmo só voltasse a ter vencimentos após o fim do estado de calamidade pública.

Atualmente o parcelamento, mesmo com cerca de 2 anos sem pagamentos, continua ativo na Receita Federal e este processo de N° 5033864-71.2020.4.02.5101 está tramitando ainda e aguardando decisão.

2. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa PERSE

Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº15, em maio de 2022 a Companhia, com base na Lei 14.148 de 3 de maio de 2021, incluiu todos os seus débitos do âmbito PGFN no PERSE (Programa Emergencial Retomada Setor Eventos), incluindo as que estavam parceladas no REFIS IV que foi perdido.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1-) Impostos Ativos e Passivos

A realização dos Impostos a Recuperar, Impostos Diferidos, Impostos a pagar e diversos Impostos Parcelados, que estão demonstrados nos balanços da Companhia, na avaliação realizada pela Administração da Companhia, envolve, também, julgamentos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar as bases tributárias. Envolvem também, o adequado registro dos juros multa e moras pelos passivos ainda em aberto. A realização inclui estimativas dos cálculos sobre esses atrasos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como nossa auditora conduziu esse assunto:

Avaliamos a adequação e consistência dos valores apresentados e estimados, quando disponível, que foram confrontados com dados de fontes externas. Foi efetuada a avaliação da metodologia de cálculo dos juros, multas e moras. Avaliamos, também as opções apresentadas pela companhia com base em testes e na avaliação da aderência às leis tributárias brasileiras.

Examinamos a sua adequada divulgação dos valores nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

O resultado de nossos testes foi que alcançamos com razoável segurança, nos valores apresentados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2-) Partes Relacionadas

A Companhia realiza dentro do âmbito de suas operações, transações com partes relacionadas sobre seu controle.

Sendo diversas estas partes relacionadas, e devido ao volume transacionado, são identificadas como transações entre empresas sob o mesmo controle, portanto, devido a subjetividade e julgamento na apuração dos valores justos das operações, ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditora conduziu esse assunto:

Os procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a obtenção da compreensão dos procedimentos que a Companhia utiliza para identificar as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal por parte da Administração, a respeito do reconhecimento de todas as partes relacionadas com a Companhia. Foram efetuados testes de forma substantiva e em base de teste das transações com partes relacionadas, bem como a eliminação dos efeitos, quando aplicável, nas demonstrações contábeis da Companhia.

Considerando os critérios e as premissas-chave adotados para avaliação e divulgação da transação, consideramos adequado o resultado destes procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O resultado de nossos testes foi que alcançamos com razoável segurança, nos valores apresentados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3-) Imobilizado

As controladas da Companhia possuem investimentos significativos em ativos imobilizado e intangível de vida útil definida necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos e retração econômica, existe um risco de não recuperação do valor total destes ativos.

De acordo com as normas contábeis brasileiras, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações e é responsável por avaliar a vida útil de seus ativos. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja probabilidade de perda é determinada em avaliação individual do risco de cada processo pelos escritórios advocatícios externos que os patrocinam. Cabe ressaltar, que em face do deferimento da recuperação judicial, todas as ações e execuções, a exceção das de natureza fiscal, em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial ficam suspensas.

A Administração da Companhia procedeu no exercício de 2021 a avaliação de seus bens (impairment), conforme laudo técnico datado de 21 de janeiro de 2022, cujos resultados e seus reflexos foram apropriadas nas contas específicas dos grupos e empresas naquele exercício.

Em vista da situação econômica desfavorável registrada no exercício de 2022, considerando os possíveis impactos nos bens do Imobilizado, e considerando, também, a estrutura do Grupo Contábil, com 77,3% sendo representados por Terrenos e Edificações, consideramos os valores demonstrados como apropriados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

ADVANCE Auditores Independentes SS

CNPJ 26.165.186/0001-22

CRC/RJ 007276/O-0

CVM 12661 CNAI PJ 052

Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff

Contador CRC/RJ 028.998/O

CNAI 209 Sócio Responsável

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	9.864	7.084	9.864	7.082
Títulos e valores mobiliários	0	0	0	0
Contas a receber (Nota 5)	16.459	9.369	16.459	9.908
Estoques (Nota 6)	690	2.421	1.181	2.421
Impostos a recuperar	9.615	6.237	9.867	6.466
Adiantamentos e outras contas a receber	1.527	1.133	2.185	1.355
Partes relacionadas (Nota 7)	0	0	0	26
Despesas antecipadas	85	75	85	75
Outros	0	1.185	0	1.185
Total do ativo circulante	38.240	27.504	39.641	28.518
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (Nota 7)	210.118	161.100	139.751	96.753
Depósitos judiciais (Nota 15)	12.091	9.823	21.955	23.451
Impostos diferidos ativos	0	0	0	0
Outros	1.462	1.510	3.626	3.676
	223.671	172.433	165.332	123.880
Investimentos				
Em controladas e coligadas (Nota 8)	119.400	116.066	0	0
Outros	187	187	270	7.092
	119.587	116.253	270	7.092
Imobilizado (Nota 9)	223.098	224.612	292.813	295.888
Intangível	0	0	0	0
Total do ativo não circulante	566.356	513.298	458.415	426.860
Total do Ativo	604.596	540.802	498.056	455.378

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	1.005	1.215	1.005	1.215
Fornecedores e serviços públicos	6.216	5.920	7.543	7.256
Salários e encargos sociais	18.027	173.487	18.036	173.739
Obrigações Tributárias	278.463	460.447	292.813	470.395
Adiantamentos de clientes	301	149	822	149
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Refis (Nota 12)	0	6.156	273	6.742
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Perse	11.604	0	11.604	0
Arrendamentos a pagar	0	0	0	0
Partes relacionadas (Nota 7)	0	0	0	743
Outros	0	844	4.788	4.937
Total do passivo circulante	315.616	648.218	336.884	665.176
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	0	0	0	0
Provisão para contingências (Nota 15)	35.330	28.156	60.741	51.387
Obrigações tributárias e previdenciárias parceladas (Nota 11)	2.555	1.667	3.002	1.844
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Refis (Nota 12)	3	20.734	1.455	23.812
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Perse	182.655	0	182.655	0
Partes relacionadas (Nota 7)	57.262	48.993	25.510	22.874
Contribuição social e imposto de renda sobre a reserva de reavaliação	67.458	69.806	76.552	78.900
Provisão para perda de investimento (Nota 8)	100.349	87.239		
Outras obrigações	124.428	117.507	124.750	117.801
Total do passivo não circulante	570.040	374.102	474.665	296.618
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 16)	31.984	31.984	31.984	31.984
Reserva de reavaliação	111.652	114.819	111.652	114.819
Ajustes de avaliação patrimonial	26.808	28.198	26.808	28.198
Prejuízos acumulados	(451.504)	(656.519)	(451.504)	(656.519)
Participação dos acionistas não controladores			(32.433)	(24.898)
	(281.060)	(481.518)	(313.493)	(506.416)
Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	604.596	540.802	498.056	455.378

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida (Nota 19)	100.439	46.123	100.439	46.123
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(33.563)	(18.102)	(33.563)	(18.102)
Lucro Bruto	66.876	28.021	66.876	28.021
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas Comerciais	(7.935)	(2.925)	(7.935)	(2.926)
Gerais e administrativas	(58.492)	(43.777)	(66.511)	(49.390)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.997)	(5.062)	(2.161)	(7.575)
Outras Receitas Não Operacionais	394.806	-	391.540	-
Outras Despesas Não Operacionais	(154.399)	-	(160.373)	-
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(12.540)	(8.804)	(6.497)	(1.251)
Participação de acionistas não controladores	-	-	11.347	3.787
Lucro Operacional	226.319	(23.743)	226.286	(29.334)
Receitas financeiras (Nota 18)	31.778	31.513	42.355	35.013
Despesas financeiras (Nota 18)	(59.228)	(38.953)	(69.549)	(45.382)
Resultado financeiro	(27.450)	(7.440)	(27.194)	(10.369)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de r	198.869	(31.183)	199.092	(39.703)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 13)	-	(9.086)	(223)	(9.370)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	2.347	21.340	2.347	21.340
Lucro das operações continuadas	201.216	(18.929)	201.216	(27.733)
Resultado líquido das operações descontinuadas (Nota 14)	(3.522)	(12.206)	(3.522)	(12.206)
Lucro (prejuízo) líquido do período	197.694	(31.135)	197.694	(39.939)

Prejuízo da Operação Continuada diluído por ação: (1,51)

Tipo de ação	Qtde. ações	Resultado por ação
Ordinária	10.477.917	-0,8609
Preferencial	7.894.494	-0,6486
Total	18.372.411	-1,5095

Prejuízo da Operação Descontinuada diluído por ação: (0,66)

Tipo de ação	Qtde. ações	Resultado por ação
Ordinária	10.477.917	-0,3789
Preferencial	7.894.494	-0,2855
Total	18.372.411	-0,6644

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do período	197.694	(39.939)	197.694	(39.939)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do período	197.694	(39.939)	197.694	(39.939)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora						Consolidado			
	Capital social	Reserva de reavaliação de bens próprios	Reserva de reavaliação controlada	Ajustes de avaliação patrimonial	Tributos sobre a reserva de reavaliação	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total	Patrimônio líquido acionistas controladores	Participação acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.984	87.245	159.010	29.587	(61.571)	(697.271)	(451.016)			
Ajustes de exercícios anteriores										
Realização de parte da reserva de reavaliação		(4.736)	(96.106)	(1.389)	30.977	80.691	9.437	2.779	12.216	-
Prejuízo do período						(39.939)	(39.939)	(3.787)	(43.726)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.984	82.509	62.904	28.198	(30.594)	(656.519)	(481.518)	(24.898)	(506.416)	
Ajustes de exercícios anteriores										
Realização de parte da reserva de reavaliação		(4.282)	(1.564)	(1.056)	2.345	7.321	2.764	(2.613)	151	
Lucro do período						197.694	197.694	(4.922)	192.772	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.984	78.227	61.340	27.142	(28.249)	(451.504)	(281.060)	(32.433)	(313.493)	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
6.01 Fluxo de caixa das atividades operacionais	9.110	(5.870)	9.112	(45.719)
6.01.01 Caixa gerado nas operações	255.669	(19.719)	250.737	(20.929)
6.01.01.01 Lucro (prejuízo) do exercício	197.694	(39.939)	197.694	(39.939)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	-	-	-	-
6.01.01.02 Depreciação e amortização	7.463	8.111	9.025	10.434
6.01.01.03 Resultado de equivalência patrimonial	12.540	8.804	7.818	1.251
6.01.01.04 Provisão (reversão) para perdas	2.226	8.123	6.095	13.616
6.01.01.13 Provisão para devedores duvidosos	503	(64)	503	(64)
6.01.01.12 Reversão de provisões	-	-	-	-
6.01.01.06 Provisão para contingências	17.380	6.261	17.380	6.261
6.01.01.16 Benefício adquirido pela migração/inclusão no REFIS IV Lei 11.941	-	-	-	-
6.01.01.07 Juros apropriados	20.208	10.325	19.472	12.639
6.01.01.09 Juros sobre passivo fiscal	41.825	37.545	42.901	38.353
6.01.01.10 Juros sobre empréstimos e financiamentos	171	119	171	119
6.01.01.10 Juros sobre fornecedores	188	154	188	154
6.01.01.08 Juros sobre associadas	(21.974)	(27.493)	(23.788)	(25.987)
6.01.01.15 Participação dos não controladores	-	-	(4.902)	(3.787)
6.01.01.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.347)	(21.340)	(2.347)	(21.340)
6.01.02 Variações nos ativos e passivos	(246.559)	13.849	(241.624)	(24.790)
6.01.02.01 Redução (aumento) em contas a receber	(7.592)	(2.105)	(7.053)	(2.068)
6.01.02.02 Redução (aumento) em estoques	1.731	(391)	1.241	(392)
6.01.02.03 (Aumento) redução em impostos a recuperar	(3.378)	110	(3.400)	149
6.01.02.04 Redução (aumento) adiantamentos e outras contas a receber	(394)	5	(829)	3
6.01.02.11 (Aumento) redução em outros ativos	(1.045)	(1.181)	2.722	(14.645)
6.01.02.06 Aumento (redução) em fornecedores	108	(66)	100	(64)
6.01.02.07 Aumento (redução) em salários e contribuições	(155.460)	2.179	(155.702)	2.187
6.01.02.08 (Redução) aumento em impostos a recolher	(55.551)	138	(54.773)	(984)
6.01.02.13 (Redução) aumento em outras exigibilidades	(4.130)	492	(1.226)	2.602
6.01.02.12 (Redução) aumento em adiantamentos de clientes	152	(4.012)	674	(4.012)
6.01.02.10 Variação nas operações com partes relacionadas	(21.001)	18.680	(23.379)	(7.566)
(Aumento) redução de contas a receber	(23.167)	(7.521)	(10.441)	(1.028)
(Redução) aumento de contas a pagar	2.167	26.201	(12.937)	(6.538)
6.02 Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(5.949)	11.380	(5.949)	51.216
6.02.01 Títulos e valores mobiliários	-	-	-	867
6.02.03 Imobilizado	(5.949)	11.380	(5.949)	50.349
6.02.02 Investimentos	-	-	-	-
6.03 Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(381)	(121)	(381)	(121)
6.03.01 (Redução) aumento em empréstimos e financiamentos	(381)	(121)	(381)	(121)
6.03.04 Integralização de capital	-	-	-	-
6.03.05 Dividendos pagos a acionistas controladores	-	-	-	-
6.03.06 Dividendos pagos a acionistas não controladores	-	-	-	-
6.05 Aumento nas disponibilidades	2.780	5.389	2.782	5.376
6.05.01 No início do exercício	7.084	1.695	7.082	1.706
6.05.02 No final do exercício	9.864	7.084	9.864	7.082
Variação no saldo de disponibilidades	2.780	5.389	2.782	5.376

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas incluindo operações descontinuadas				
Serviços prestados e produtos vendidos	105.617	49.610	105.617	49.610
Outras receitas	395.037	3.101	395.476	6.082
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(503)	64	(503)	64
	500.151	52.775	500.590	55.756
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços e materiais de uso e consumo	(61.804)	(33.703)	(67.876)	(36.494)
Perda/recuperação de ativos	(2.226)	(8.123)	(6.095)	(13.616)
Outras	(656)	(448)	(656)	(448)
	435.465	10.501	425.963	5.198
Retenções				
Depreciação e amortização	(7.463)	(8.111)	(9.025)	(10.434)
	428.002	2.390	416.938	(5.236)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.540)	(8.804)	(6.497)	(1.251)
Receita financeira	31.778	31.513	42.354	35.012
Outras despesas operacionais	(154.532)	(5.191)	(152.251)	(5.319)
	292.708	19.908	300.544	23.206
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	12.058	9.148	12.128	9.267
Benefícios	4.273	2.725	4.273	2.725
FGTS	1.544	947	1.544	981
	17.875	12.820	17.945	12.973
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.885	(5.428)	5.779	(4.661)
Estaduais	552	75	552	75
Municipais	10.107	9.388	12.580	9.586
	15.544	4.035	18.911	5.000
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	59.979	41.900	69.791	47.867
Aluguéis	1.616	1.092	1.615	1.092
	61.595	42.992	71.406	48.959
Remuneração de capitais de próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	197.694	(39.939)	197.694	(39.939)
Outros				
Participação dos acionistas não controladores			(5.412)	(3.787)
	292.708	19.908	300.544	23.206
Valor adicionado distribuído	292.708	19.908	300.544	23.206

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

HOTÉIS OTHON S.A. – Em recuperação judicial

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1-) Contexto Operacional

Hotéis Othon S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) é uma empresa de capital aberto, cuja atividade é a prestação de serviços na indústria hoteleira. Fundada em 1943, na época com outra denominação, seu primeiro hotel foi o Aeroporto Othon, inaugurado em 1944 no centro do Rio de Janeiro.

Hoje a Rede de Hotéis possui 3 hotéis próprios (estando 1 com a operação paralisada), nos Estados do Rio de Janeiro e Bahia.

A Recuperação Judicial

Conforme informado detalhadamente nas demonstrações financeiras de dezembro de 2018, em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”), estas últimas “controladas em recuperação judicial” e com a Companhia “Recuperandas”, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante “Juízo da Recuperação Judicial”) nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001, o qual foi deferido no dia seguinte.

O Plano aprovado e homologado foi objeto de recursos de agravo de instrumento pela União e pelos credores concursais Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE e Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., que se insurgem contra determinadas condições do Plano aprovadas de forma soberana pela AGC. Esses recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Diante do acórdão exarado nos autos do Agravo de Instrumento nº 0046087-14.2020.8.19.0000 que deu provimento ao recurso interposto pela União Federal para anular a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, as Recuperandas vêm mantendo entendimentos com a Fazenda Nacional para buscar meios possíveis para o equacionamento de seu passivo fiscal. Antes mesmo da decisão no agravo de instrumento interposto pela União, a PGFN já estava analisando uma proposta inicial. Ao mesmo tempo, as Recuperandas apresentaram, no prazo legal, o recurso cabível contra a decisão do TJRJ para que a questão seja reanalisada pelo Superior Tribunal de Justiça, que até o momento tem acolhido entendimento que corrobora a tese das Recuperandas. O recurso especial das recuperandas foi admitido pelo TJRJ para remessa ao Superior Tribunal de Justiça, sendo recentemente distribuído para relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Abaixo demonstramos o passivo total das Recuperandas Hotéis Othon S/A (“HOSA”), Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”) em 31 de dezembro de 2022 e destacamos logo no quadro seguinte os montantes concursais (constantes no Quadro Geral de Credores) que compõe cerca de 17% deste, na mesma data.

	<u>31/12/2022</u>
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	1.005
Fornecedores e serviços públicos	7.543
Salários e encargos sociais	18.036
Obrigações Tributárias	292.813
Adiantamentos de clientes	821
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Refis	273
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Perse	11.604
Arrendamentos a pagar	-
Partes relacionadas	-
Outros	4.787
Total do passivo circulante	<u>336.883</u>
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	-
Provisão para contingências	60.741
Obrigações tributárias e previdenciárias parceladas	3.002
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Refis	1.455
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa Perse	182.655
Partes relacionadas	25.944
Contribuição social e imposto de renda sobre a reserva de reavaliação	76.552
Provisão para perda de investimento	-
Outras obrigações	124.749
Total do passivo não circulante	<u>475.098</u>
Total do passivo circulante + não circulante	<u>811.982</u>

Quadro Geral Credores			
Classe	Descrição	Número Credores	Valor do Crédito
I	Trabalhistas	390	9.159.269,93
	Créditos com		
II	Garantia Real	0	-
III	Quirografários	449	141.305.880,13
IV	ME / EPP	48	4.639.962,74
	Total	890	155.105.112,80

Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional e plano de negócios

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 277.376 mil na controladora e R\$ 297.243 mil no consolidado, e passivo a descoberto de R\$ 281.060 mil na controladora e R\$ 313.493 mil no consolidado.

Reforçamos que não há qualquer mudança em relação aos pontos principais estabelecidos, em 2019, quando o plano de reorganização e pagamento aos credores foi definido e aprovado em Assembleia Geral de Credores.

A empresa segue com os todos os procedimentos e, paralelamente ao debate processual, discute com a Fazenda Nacional a solução mais adequada para o atendimento de todas as obrigações fiscais. A empresa inclusive já apresentou uma proposta para que, o quanto antes, equalize uma solução.

2-) Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 27 de março de 2023.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes.

As Demonstrações Financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Hoje o método de equivalência patrimonial é considerado como estando dentro das IFRSs, e não mais exigindo a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

d) Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>% de participação</u>
	<u>2022</u>
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

e) Instrumentos Financeiros

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- **Passivos financeiros derivativos**

O reconhecimento de tal tipo de instrumento derivativo é feito inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e mensalmente o resultado líquido gerado por esta operação, é reconhecido segundo o regime de competência.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

f) Contas a Receber

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

h) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

i) Estoques

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

j) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas “Outras despesas e/ou receitas operacionais”, no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

l) Demais ativos (circulante e não circulante)

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m) Empréstimos, financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

n) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na

forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. Desta forma, os passivos circulante e não circulante estão sendo apresentados conforme seus vencimentos na data do pedido de recuperação.

o) Contribuição social e imposto de renda diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído (“deemedcost”), considerando o CPC 32.

p) Passivos contingentes

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela Administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

q) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

r) Informação por segmento

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

s) Operações descontinuadas

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

t) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	8.903	7.062	8.903	7.060
Aplicações Financeiras	961	22	961	22
	<u>9.864</u>	<u>7.084</u>	<u>9.864</u>	<u>7.082</u>

As Aplicações Financeiras existentes referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

5. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber	18.448	10.888	18.989	11.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.989)	(1.519)	(1.989)	(1.519)
	<u>16.459</u>	<u>9.369</u>	<u>16.999</u>	<u>9.908</u>

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Composição por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	11.709	6.500	11.709	6.500
Vencidas até 30 dias	867	270	867	270
Vencidas de 31 a 120 dias	310	301	310	301
Vencidas de 121 a 180 dias	624	13	624	13
Vencidas há mais de 180 dias	4.938	3.804	5.479	4.343
	<u>18.448</u>	<u>10.888</u>	<u>18.989</u>	<u>11.427</u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	-576	754	-576	754
Materiais de uso, consumo e manutenção	1.266	1.667	1.757	1.667
	<u>690</u>	<u>2.421</u>	<u>1.181</u>	<u>2.421</u>

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano têm características precípuas e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

7. Partes Relacionadas

Controladora

Partes Relacionadas	Categorias	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	78.522	71.652	-	-	6.807	8.219
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	33.316	30.242	909	830	2.905	3.459
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	35.493	36.332	-	-	3.183	4.166
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	3.289	8.731	-	-	460	1.287
Othon Administração S.A (1)	controladora	-	-	2.687	2.638	-	-
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	-	-	1.841	1.819	-	-
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada	-	-	51.826	43.706	(5.536)	(2.768)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	84.573	76.174	-	-	7.514	8.748
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	43.768	40.021	-	-	3.936	4.632
Plantravel (2)	controlada	-	742	-	-	(1.461)	54
Outros	outras	24.527	13.921	-	-	4.168	(304)
Provisão para perdas		(93.370)	(116.715)			(2.227)	(8.123)
		210.118	161.100	57.262	48.993	19.748	19.370
Circulante		0	0	0	0		
Não Circulante		210.118	161.100	57.262	48.993		
		210.118	161.100	57.262	48.993		

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
(2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

CONSOLIDADO

Partes Relacionadas	Categorias	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	78.522	71.652	-	-	6.807	8.219
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	33.672	30.568	957	874	2.936	3.496
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	35.493	36.332	-	-	3.183	4.166
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	4.630	9.955	18.158	16.588	(926)	(476)
Othon Administração S.A (1)	controladora	10.611	9.694	2.687	2.638	915	1.112
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	2.564	2.515	3.650	3.464	(109)	(206)
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	94.921	86.749	57	53	8.355	9.985
Outros	outras	24.483	13.932	-	-	4.158	(309)
		284.895	261.397	25.510	23.617	25.320	25.987
Provisão para perdas		(145.143)	(164.618)			(6.265)	(13.616)
		139.751	96.779	25.510	23.617	19.056	12.371
Circulante		0	26	0	743		
Não Circulante		139.751	96.753	25.510	22.874		
		139.751	96.779	25.510	23.617		

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas

Termos e condições das transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) que até setembro de 2018 incidiam juros de 2% a.a. e variação do IPCA para atualização dos mesmos, e a partir de outubro de 2018 suas taxas foram revisadas pela Administração e os novos contratos passaram incidir juros de 5% a.a. e variação do IPCA e com um prazo menor de vencimento, observados as condições comutativas de mercado.

Já a partir de 2020, a diretoria da Companhia, por conta do atual cenário da economia, 5% + IPCA ser muito acima do mercado, os novos contratos passaram a incidir juros com base na CDI – (menos) 20%.

As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

Com o fechamento da unidade Aeroporto, em agosto de 2018, a companhia não efetua mais pagamentos por força de arrendamento de propriedade de partes relacionadas.

Transações com o pessoal chave da Administração

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores que se encontram em Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração dos conselheiros e estatutários	286	273
Encargos sociais de diretores e conselheiros	3	3
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	4	3
	293	279

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8. Investimentos

Controladora

CONTROLADORA

	Participação em 30/06/2022	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
		%	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.(2)	77,72	(129.875)	(111.643)	(17.962)	(15.296)	(13.960)	(11.888)			100.939	86.769
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	20,27	(9.807)	(8.427)	(1.380)	(1.120)						
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	6,36	(1.121)	(310)	(811)	(15)	(52)	(1)			71	20
HBBH Novos Hotéis Ltda. (2)	99,68	119.800	119.212	572	3.401	570	3.390	119.400	116.066		
						(13.440)	(8.804)	119.400	116.066	101.010	87.239
Provisão para perdas em investimentos						(13.440)	(8.804)	119.400	116.066	101.010	87.239

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

CONSOLIDADO

	Participação em 30/06/2022	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
		%	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	14,54	(1.121)	(310)	(811)	(15)	(123)	(1.251)				
Outros										7.092	
						(123)	(1.251)	-	7.092	-	
Provisão para perdas em investimentos						(123)	(1.251)	-	7.092	-	

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

a) Cia. Agropastoril Vale do Rio Una

A CAPVRU é uma Cia que tem como objeto social é a exploração agrícola e pastoril através da cria e recria de rebanhos bovinos, podendo estender as suas atividades a outros setores afins e correlatos aos seus objetivos e ainda, participar, na qualidade de acionista ou associada na exploração de quaisquer estabelecimentos industriais ou comerciais. A situação cadastral desta empresa encontra-se como “ativo”, porém sem operação que gere receitas (inoperante). O Grupo Othon possui 20,90% de participação subdivididos na seguinte forma: 6,36% diretos e 14,54% indiretos. Esse investimento é contabilizado pelo método de Equivalência Patrimonial.

b) Outros Investimentos

São pequenas aplicações em bolsa realizadas por Othon Empreendimentos, onde os mesmos são avaliados ao custo de aquisição.

9. Imobilizado

Itens	CONTROLADORA				31/12/2021 Valor Líquido
	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuído	31/12/2022 Depreciações Acumuladas	31/12/2022 Valor Líquido	
Terrenos, edificações e construções (*)		318.720	(110.270)	208.450	213.479
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	11.549	(10.423)	1.126	1.282
Móveis e utensílios	7,14	27.890	(23.221)	4.669	4.234
Máquinas e equipamentos	6,67	21.632	(19.544)	2.088	2.415
Veículos	6,67	-	-	-	-
Computadores, periféricos e softwares	10	3.895	(3.652)	243	164
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	6.523	-	6.523	3.038
Total		390.209	(167.110)	223.099	224.612

Itens	CONSOLIDADO				31/12/2021 Valor Líquido
	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuído	31/12/2022 Depreciações Acumuladas	31/12/2022 Valor Líquido	
Terrenos, edificações e construções (*)		410.443	(132.279)	278.164	284.755
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	11.549	(10.423)	1.126	1.282
Móveis e utensílios	7,14	27.932	(23.263)	4.669	4.234
Máquinas e equipamentos	6,67	21.632	(19.544)	2.088	2.415
Veículos	6,67	103	(103)	-	-
Computadores, periféricos e softwares	10	3.926	(3.683)	243	164
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	6.523	-	6.523	3.038
Total		482.108	(189.295)	292.813	295.888

(*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R\$ 93.103 e do Consolidado de R\$ 141.069 não são depreciados.

No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja probabilidade de perda é determinada em avaliação individual do risco de cada processo pelos Escritórios advocatícios externos que os patrocinam. Cabe ressaltar, que em face do deferimento da recuperação judicial, todas as ações e execuções, a exceção das de natureza fiscal, em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial ficam suspensas.

10. Empréstimos e financiamentos

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Em moeda nacional					
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	1.005	1.215	1.005	1.215
		<u>1.005</u>	<u>1.215</u>	<u>1.005</u>	<u>1.215</u>
Passivo circulante		1.005	1.215	1.005	1.215
Passivo não circulante		0	0	0	0
		<u>1.005</u>	<u>1.215</u>	<u>1.005</u>	<u>1.215</u>

A Companhia possui contas garantidas, junto a Instituições Financeiras, onde são dados os direitos creditórios de sua titularidade.

11. Obrigações Tributárias Parceladas – Não Circulante

Os vencimentos dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados como segue:

Impostos	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>	<u>Não Circulante</u>
ICMS	-	16	-	-	16
IPTU	-	-	-	-	-
PARC. EXTRAORDINARIO PGFN AFORAMENTO/LAUDÊMIO	-	272	272	521	1.065
ISS	-	316	316	554	1.186
OUTROS	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>640</u>	<u>1.230</u>	<u>2.527</u>

12. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
REFIS – Lei 11.941/2009	0	6.118	0	20.227
REFIS – Lei 12.996/2014	0	38	3	507
	<u>0</u>	<u>6.156</u>	<u>3</u>	<u>20.734</u>

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e em setembro de 2017 e dezembro de 2018 procedeu com a consolidação parcial dos débitos existentes, de modo que hoje não existem mais débitos parcelados na modalidade desta lei e aqueles débitos que não fizeram parte desta consolidação, retornaram ao passivo corrente da Companhia.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

A movimentação dos tributos parcelados – REFIS IV, no ano de 2022 e 2021 foi como segue:

Demonstrativo das variações no REFIS IV com a migração do saldo remanescente do REFIS I.			
	<u>Lei 11.941/2009</u>	<u>Lei 12.996/2014</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	25.778	538	26.316
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente	-	-	-
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação	-	-	-
Pagamentos (1)	-	-	-
Juros	567	7	574
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>26.345</u>	<u>545</u>	<u>26.890</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	26.345	545	26.890
Pagamentos (1)	-	-	-
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação	-	-	-
Juros	282	9	291
Perda do parcelamento	(26.627)	(546)	(27.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(0)</u>	<u>8</u>	<u>8</u>
Passivo circulante	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Por conta da atual pandemia da COVID-19 e redução considerável na receita no ano de 2020 e 2021, a Companhia parou de efetuar o pagamento do parcelamento cujas parcelas somam cerca de R\$ 500mil mensais, ficando então em risco de ser excluída do mesmo. Então, por conta desta situação, em 05/06/2020 a companhia entrou com mandado de segurança solicitando não ser excluída do parcelamento por conta do atraso de mais de 3 parcelas e, também solicitou que o mesmo só voltasse a ter vencimentos após o fim do estado de calamidade pública.

Atualmente o parcelamento, mesmo com cerca de 2 anos sem pagamentos, continua ativo na Receita Federal e este processo de Nº 5033864-71.2020.4.02.5101 está tramitando ainda e aguardando decisão.

13. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa PERSE

Em maio de 2022, com base na Lei 14.148 de 3 de maio de 2021, a companhia incluiu todos os seus débitos do âmbito PGFN no PERSE (Programa Emergencial Retomada Setor Eventos), incluindo as que estavam parceladas no REFIS IV que foi perdido.

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PERSE – Lei 14.148/2021	11.603	-	182.655	-
	<u>11.603</u>	<u>-</u>	<u>182.655</u>	<u>-</u>

A movimentação dos tributos parcelados – PERSE, no ano de 2021 e 2022 foi como segue:

Demonstrativo das variações no PERSE	
	Lei 14.148/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Pagamentos	-
Juros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Saldo em 1º de abril de 2022	190.218
Pagamentos	(4.361)
Juros	14.083
Ganho adesão ao QUITA PGFN	(5.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	194.258
Passivo circulante	11.603
Passivo não circulante	182.655
Saldo em 31 de dezembro de 2022	194.258

14. Contribuição Social e Imposto de Renda

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	198.869	199.093	(39.987)	(39.703)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações desco	(3.522)	(3.522)	(12.206)	(12.206)
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	66.418	66.494	(17.746)	(17.649)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	4.263	-	2.993	-
Despesas não dedutíveis	59.185	64.803	6.810	9.305
Compensação de prejuízo fiscal	(202)	(202)	(3.979)	(4.993)
Crédito tributário diferido não contabilizado	555	1.216	(21.340)	(18.842)
Reversões de provisões administrativas	(134.703)	(134.703)	(113)	(113)
Realização da reserva de reavaliação	2.148	2.148	21.340	21.340
Participação de Acionista Não Controladores	-	(2.273)	-	(1.288)
Benefício adquirido pela migração para REFIS IV Lei 11.941	-	-	-	-
Utilização do Prej. Fiscal acumulado como forma de quitação reabertura REFIS IV	-	-	-	-
Outras	(11)	393	(219)	270
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(2.347)	(2.124)	(12.254)	(11.970)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período - operação	-	-	-	-
Correntes	-	(223)	(9.086)	(9.370)
Diferidos	2.347	2.347	21.340	21.340
Alíquota efetiva	-1,18%	-1,07%	30,64%	30,15%

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

15. Operação descontinuada

Conforme comunicado na nota de eventos subsequentes do 3º trimestre de 2018, a Companhia decidiu por encerrar suas atividades nas unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace a partir de 18 de novembro de 2018. Pois apesar de tradicionais e muito conhecidos nas regiões em que atuavam, devido ao cenário de redução econômica dos últimos anos, as duas unidades vinham apresentando queda nas taxas de ocupação, e com isto deixaram de apresentar resultados satisfatórios para a Empresa.

O resultado do período das 2 unidades é apresentado a seguir de forma separada:

	BAHIA	BELO HORIZONTE	TOTAL	BAHIA	BELO HORIZONTE	TOTAL
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Resultado líquido de operações descontinuadas						
Receitas	0	0	0	9	61	70
despesas	(3.304)	(218)	(3.522)	(6.952)	(5.324)	(12.276)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.304)	(218)	(3.522)	(6.943)	(5.263)	(12.206)
Imposto de renda e contribuição social						
Resultado líquido do imposto de renda e da contribuição social	(3.304)	(218)	(3.522)	(6.943)	(5.263)	(12.206)
Ganho ou perda em operações descontinuadas			-			-
Imposto de renda sobre operações descontinuadas			-			-
Resultado líquido de operações descontinuadas	(3.304)	(218)	(3.522)	(6.943)	(5.263)	(12.206)

16. Provisão para Contingências

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, tomou as providências cabíveis em cada situação e entende que são suficientes para salvaguardar o patrimônio líquido da Companhia, não existindo indicações da necessidade de reconhecimento de quaisquer contingências adicionais em relação às contabilizadas.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	16.506	5.946	15.849	4.730	16.506	5.946	15.850	4.730
Cíveis	18.222	6.055	12.000	5.007	43.633	15.919	35.230	18.635
Fiscais	602	90	307	86	602	90	307	86
	<u>35.330</u>	<u>12.091</u>	<u>28.156</u>	<u>9.823</u>	<u>60.741</u>	<u>21.955</u>	<u>51.387</u>	<u>23.451</u>

A Companhia figura como ré, em 31 de dezembro de 2022, em 220 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com vínculo empregatício, verbas rescisórias, FGTS, danos morais, integração da taxa de serviço ao salário, responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, indenizações decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho. A Administração de Hotéis Othon, com base na opinião de seus assessores legais, entende que a provisão de R\$ 16.506 é suficiente para resguardar o seu patrimônio líquido.

Especificamente no que diz respeito às contingências de natureza cível, o saldo de provisão abrange diversas ações, dentre elas há uma ordinária de ressarcimento de direitos autorais, propostas pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição ainda em curso contra Hotéis Othon S/A, iniciada na década de noventa, através da qual pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras musicais nos aposentos dos estabelecimentos, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências do Hotel. Essa ação foi proposta contra o Bahia Othon Palace. Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. Na Bahia a sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no Hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação e recurso especial em que não logramos êxito, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. O valor envolvido nessa ação gira em torno de R\$1.300.

No que tange as causas, cuja opinião dos assessores legais seja possível de perda, possuímos R\$ 9.155 de contingências de natureza cível e trabalhista e R\$ 11.679 de causas tributárias, esta última cabe ressaltar que é referente a valores constantes do passivo fiscal no Balanço Patrimonial da Companhia (Saldo de Obrigações Tributárias e encargos sociais).

17. Capital Social

Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BM&FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 39.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

18. Seguros

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Danos materiais	195.000
Roubo	71
Acidentes pessoais	921
Lucros cessantes	50.000
Responsabilidade Civil	10.000
Outros	4.658

19. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	28.077	30.912	38.626	34.351
Juros recebidos por atraso	40	24	40	24
Rendimentos de aplicação financeira	16	1	16	1
Descontos obtidos	112	47	112	47
Outras receitas	3.533	529	3.562	590
	<u>31.778</u>	<u>31.513</u>	<u>42.355</u>	<u>35.013</u>
	31.778	31.513	42.355	35.013
	0	0	0	0
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.273	3.539	15.007	8.430
Juros sobre passivos fiscais	41.824	33.126	42.966	33.843
Juros sobre faturas fornecedores e serviços públicos	7.837	154	7.837	382
Tributos sobre receita financeira	1.416	1.483	1.924	1.944
Descontos concedidos	171	77	171	77
Outras despesas	1.707	574	1.646	706
	<u>59.228</u>	<u>38.953</u>	<u>69.549</u>	<u>45.382</u>

A linha de Juros sobre Passivos Fiscais contém a atualização dos parcelamentos de impostos, bem como os juros dos impostos correntes em atraso.

20. Receita Líquida

	Consolidado	Consolidado
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta		
Receita com diárias	90.551	39.907
Receita de alimentos e bebidas (A&B)	12.783	8.135
Taxa de administração de hotéis	-	-
Outras receitas	2.283	1.538
Deduções da receita bruta		
Cancelamentos e devoluções	-	-
Descontos concedidos	-	-
Impostos	(5.178)	(3.457)
Receita líquida	<u>100.439</u>	<u>46.123</u>

21. Créditos Fiscais

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 224.658 e R\$ 224.149, respectivamente. Face a incerteza de sua recuperação, a Administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos.

22. Gestão de Riscos

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. Os principais riscos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

Risco de mercado - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido as mudanças nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui baixo índice de endividamento bancário e seus empréstimos são atrelados a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

Risco de crédito – É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Companhia adota procedimentos para gerir o risco de crédito e minimizar o risco de default que passam pela seletividade e análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda pelo acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos que lhe são devidos. A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%.

Risco Cambial – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio em contratos firmados em outras moedas.

Risco de Liquidez - É o risco de que a Companhia enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidados pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as ações e execuções em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial, à exceção das de natureza fiscal, estão suspensas, e todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. As obrigações assumidas após o pedido de recuperação judicial não estão sujeitas a este procedimento e, portanto, deverão ser quitadas nos vencimentos acordados.

23. Eventos subsequentes

Em 4 de outubro de 2022, foi divulgada a Portaria PGFN nº 8798 (Programa QuitaPGFN) que discorre sobre a quitação antecipada dos débitos parcelados em Dívida Ativa e Débitos Irrecuperáveis concedendo benefício de amortização de até 70% da dívida com Prejuízo Fiscal e Base Negativa Acumulada de Contribuição Social da empresa controladora e/ou das controladas, livre de multa, juros e encargos. Fizemos a adesão em 28 dezembro de 2022, a qual somente foi deferida em janeiro de 2023. A dívida migrada para este programa de parcelamento totaliza R\$113 milhões, da qual obtivemos ganho agregado de R\$82 milhões, consolidando então um débito de R\$31 milhões. Este saldo remanescente será quitado em doze (12) parcelas mensais e sucessivas.
